

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2024 • 2027

MUNICÍPIO DE SERNANCELHE



CONSELHO LOCAL
DE AÇÃO SOCIAL
SERNANCELHE



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU



FICHA TÉCNICA

NOME DO DOCUMENTO: PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE SERNANCELHE

ENTIDADE PROMOTORA: MUNICÍPIO DE SERNANCELHE

PROGRAMA EXECUTOR: RADAR SOCIAL- PRR- RE- C03- I07- 07- 000226

TÉCNICOS EXECUTORES: CARLA JESUS- COORDENADORA RADAR SOCIAL
ANA LOPES- TÉCNICA RADAR SOCIAL
MARGARIDA CAETANO- COORDENADORA AÇÃO SOCIAL
MARIANA REBELO- ASSISTENTE SOCIAL SAAS

PARCEIROS: PARCEIROS DO CLAS
ASSOCIAÇÕES
ENTIDADES PRIVADAS
COMUNIDADE MUNICIPAL

VIGÊNCIA: 2024-2027



ÍNDICE

Nota Introdutória	3
1- Noção de Desenvolvimento Social	4
2- Processo Metodológico	5
3- Articulação: incursão pela estratégia nacional e local	7
5- Eixos de Intervenção	12
6- Modelo de governação	31
7- Avaliação e impacto	32
Nota Conclusiva	37

NOTA INTRODUTÓRIA

Conforme estabelecido na metodologia de planeamento proposta no âmbito do Programa Rede Social, o atual Plano de Desenvolvimento Social visa dar cumprimento às orientações estabelecidas no Diagnóstico Social, que proporcionou uma compreensão da realidade social do concelho através da identificação de necessidades, da indicação dos problemas prioritários e respetivas causalidades, e, ainda, sobre recursos e potencialidades locais, suscetíveis de constituírem janelas de oportunidade para o desenvolvimento social.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) é um instrumento estratégico de definição conjunta para a promoção do desenvolvimento social local. Por um lado, visa reduzir a pobreza e a exclusão social, corrigindo os seus efeitos e, por outro, ambiciona prevenir novos contextos de vulnerabilidade mediante ações de intervenção nas comunidades, estimulando processos de mudança .

A concretização do PDS exige, portanto, uma postura pró-ativa, colaborativa, empenhada e comprometida de todos os intervenientes e um novo tipo de parceria entre entidades envolvidas.

O desígnio que decorre do presente Plano consiste, essencialmente, na promoção da equidade social e territorial, a qual se materializa através dos vetores que contribuam para a concretização dos objetivos manifestos nos planos nacionais e regionais, potenciem sinergias através da articulação com instrumentos de planeamento locais e, se assumam como referencial os pressupostos do desenvolvimento sustentável.

A prossecução deste desígnio evoca um conjunto de linhas transversais a todas as ações implementadas, nomeadamente: qualidade e inovação, articulação e cooperação a vários níveis de intervenção e sociedade da informação e do conhecimento.



1- Noção de Desenvolvimento Social

A noção de Desenvolvimento Social refere-se tanto ao capital humano como ao capital social de uma sociedade. O Desenvolvimento Social é entendido como um processo de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade. Considera-se que uma comunidade tem alta qualidade de vida quando seus habitantes dentro de um cenário de paz, liberdade, justiça, democracia, tolerância, equidade, igualdade e solidariedade, têm amplas e recorrentes possibilidades de satisfação de suas necessidades e também de poder empregar suas potencialidades e saberes com vista a conseguir uma melhoria futura das suas vidas, em termos de realização pessoal e da sociedade no seu conjunto.

Consideram-se como **Pilares de Desenvolvimento Social**:

- a erradicação da pobreza, dando especial atenção às situações de pobreza mais extremas, incluindo o acesso ao rendimento e de uma maneira geral, a promoção dos direitos económicos, sociais, culturais e civis; a promoção do emprego, generalizando o direito ao trabalho, dirigindo esforços para a redução do desemprego através da sensibilização do sector mercantil para o seu papel social, do desenvolvimento do mercado social de emprego, da promoção do auto-emprego e do investimento na empregabilidade (dar prioridade à educação e formação);

- a integração social entendida como a construção de uma sociedade justa, fundada na defesa dos direitos humanos, na tolerância, no respeito pela diversidade, na igualdade de oportunidades, na solidariedade, na segurança e participação social, cultural e política de todos, incluindo grupos desfavorecidos e vulneráveis: a proteção e valorização da diversidade étnica, cultural, religiosa, etc.; o reconhecimento da importância da família e da comunidade em matéria de integração social e o apoio à dinamização e capacitação das comunidades são algumas das estratégias que poderão contribuir para a prossecução deste princípio.

Estes Pilares fundamentais para o Desenvolvimento Social, assentam também sobre o **desenvolvimento sustentável**. Este é um conceito que procura equilibrar três pilares fundamentais: o desenvolvimento económico, o desenvolvimento social e a proteção ambiental. Esta abordagem visa garantir que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. A integração desses elementos é fundamental para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Em 2015, os 193 Estados membros da ONU comprometeram-se a adotar a Agenda Pós-2015, que dita que as nações devem trabalhar para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estes ODS incluem nos seus objetivos eliminar a pobreza extrema, oferecer educação de qualidade, proteger o planeta, entre outras ações que devem ser executadas até 2030. Os ODS tentam garantir, sobretudo, que as futuras gerações e as atuais crianças e adolescentes possam viver uma vida com dignidade, tanto a nível da educação, como da saúde e da igualdade social.

Um fator crucial para o Desenvolvimento Social é a **transparência na gestão em todos os setores**. Isso inclui eliminar todas as formas de discriminação, promover parcerias e incentivar mecanismos de associação e participação, especialmente para aqueles que se encontram em situações de exclusão.

2- Processo Metodológico

O Plano de Desenvolvimento Social faz parte de um processo de planeamento estratégico que visa responder às rápidas mudanças nas sociedades modernas. Isso requer, primeiramente, um planeamento sistémico, integrado e a promoção de estratégias para atingir os objetivos estabelecidos, garantindo a participação ativa de todos.

A metodologia de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Sernancelhe teve em atenção três grupos de informações para recolha de dados de diferentes naturezas, nomeadamente Diagnóstico Social, Focus Group e Reuniões de Núcleo Executivo de CLAS.

O **Diagnóstico Social** de Sernancelhe assume um papel chave, ao proporcionar uma visão interpretativa da situação social do Concelho, a partir da sistematização e tratamento das informações quantitativas e documentais recolhidas e onde são elencadas e fundamentadas as prioridades para o concelho.

Os **Focus Group**, como metodologia versátil e participativa, facultaram importantes contributos que privilegiaram a interação na recolha e na clarificação dos dados. Foram convidados a participar diferentes intervenientes das áreas a analisar, que trouxeram novos inputs e perspetivas, que culminaram na aplicação das Análises SWOT.



As reuniões do **Núcleo Executivo do CLAS**, foram cruciais na agregação de todas as informações recolhidas e na validação das mesmas, perspetivando os eixos prioritários bem como os seus objetivos e medidas a adotar.

De facto, este plano construiu-se tendo em conta três etapas fundamentais: o diagnóstico social, a definição de linhas orientadoras ou dos Eixos Prioritários de Intervenção, que culminará depois no Plano de Ação e na sua implementação e gestão.



3- Articulação: incursão pela estratégia nacional e local

O Plano de Desenvolvimento Social deve sempre ter como contexto articulador e de inserção, outros planos de cariz mais abrangente. Num movimento descendente, ou seja, dos objetivos dos territórios mais macros para os objetivos dos micros territórios, importa estabelecer a cadeia de relação entre estes vários objetivos, de modo a inserir com o máximo de coerência os eixos de ação local.

Assim, por forma a articular com o máximo de coerência os objetivos locais com os diversos objetivos a nível nacional e regional e, visando a rentabilização de recursos e a concertação de esforços, é importante integrar e articular o Plano de Desenvolvimento Social com as outras formas de planeamento criadas para regular e financiar os processos de desenvolvimento.

O Plano de Desenvolvimento Social oferece uma oportunidade para inovar e gerar recursos, aproveitando as potencialidades do território, das comunidades e das pessoas. A coordenação com outros planos otimiza os esforços e recursos, garantindo que não haja contradições ou duplicações de outras iniciativas ou planos.

Para otimizar recursos e coordenar esforços e iniciativas, é importante também considerar outros programas relevantes nas políticas nacionais atuais, como o Plano Nacional de Ação para a Inclusão, o Programa Pessoas2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência.

O **Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI)** é uma iniciativa do governo português que visa combater a pobreza e a exclusão social, promovendo a coesão social e a igualdade de oportunidades, num compromisso nacional com a promoção da coesão social e uma sociedade mais justa e inclusiva. Este plano está alinhado com as diretrizes da União Europeia em matéria de estratégia de emprego, combate à pobreza e modernização dos sistemas de proteção social. O PNAI foca-se em várias áreas-chave:

- Resposta às Necessidades das Pessoas e Famílias: direciona esforços para apoiar os grupos mais carenciados, garantindo acesso a recursos, direitos, bens e serviços essenciais.
- Promoção do Emprego e Aprendizagem ao Longo da Vida: incentiva a criação de oportunidades de emprego e a formação contínua para melhorar a empregabilidade.
- Conciliação Trabalho-Família: promove medidas que facilitam o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

- Combate à Pobreza Extrema e Infantil: implementa ações específicas para reduzir a pobreza entre os grupos mais vulneráveis, como crianças e pessoas em situação de pobreza extrema.

O PNAI é implementado através de uma série de medidas e programas que envolvem a colaboração de várias entidades governamentais e não governamentais. A coordenação com outros planos e programas nacionais, como o Pessoas2030 e o Plano de Recuperação e Resiliência, é essencial para otimizar recursos e evitar duplicações de esforços.

O Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão, o Pessoas 2030, é um programa temático do Portugal 2030 que se dedica a apoiar medidas de política pública que permitam enfrentar os desafios das qualificações da população, do emprego, da inclusão social e, transversalmente, da questão demográfica. O programa tem uma dotação de cerca de 5,7 mil milhões de euros financiada pelo FSE+ e dirige-se às regiões menos desenvolvidas do continente, embora algumas das suas medidas possam abranger as regiões de Lisboa e do Algarve.

Tem intervenções nos domínios das políticas ativas de emprego, da educação e formação profissional e ensino superior, do combate à privação material, da inclusão social e da igualdade de oportunidades, com intervenções que, em conjunto, também contribuem para enfrentar o desafio demográfico, dando cumprimento quase integral ao objetivo Portugal + Social.

Numa lógica de interdependência e complementaridade entre as medidas que apoia, o Programa visa contribuir para a prossecução dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS).

Em Portugal, no atual período de programação, o PESSOAS 2030 gere o investimento do Fundo Social Europeu Mais (FSE+) nas áreas do emprego, qualificações e inclusão social, num montante de 5,7 mil milhões de euros, acrescidos de mil milhões provenientes do orçamento de estado. No que respeita ao emprego, o Programa vai contribuir para alcançar a meta nacional, inscrita no Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PAPEDS), de aumentar, pelo menos, para 80% a taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos e reduzir a taxa de jovens dos 15 aos 29 anos, que não estudam, não trabalham nem fazem formação (jovens NEET), para valores entre os 7% e 8% em 2030. O PESSOAS 2030 trabalha também para assegurar melhores condições de integração sócio laboral de grupos mais afastados do mercado de trabalho, para aprofundar o combate aos estereótipos que potenciam a segregação de género em algumas

áreas de formação e determinadas profissões, para aumentar a qualidade do emprego e reforçar a conciliação da vida profissional e pessoal.

Na área das competências, o PESSOAS 2030 está a contribuir para a concretização da meta nacional do PA PEDS de, pelo menos, 60% dos adultos participarem anualmente em ações de formação até 2030, para aumentar as taxas de participação e conclusão dos cursos ou percursos qualificantes, para reforçar níveis de empregabilidade ou prosseguimento de estudos, após o fim das formações e para reforçar mecanismos de ajustamento entre a oferta e a procura de qualificações, entre outros.

Por último, na esfera da inclusão social, o Programa contribui para a meta nacional do PAPEDS de reduzir o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em, pelo menos, 765 mil pessoas, até 2030, entre as quais 161 mil crianças, para elevar o rendimento disponível das famílias, robustecendo a Escola Inclusiva e a intervenção dos mecanismos de apoio à vítima. Neste âmbito, o PESSOAS 2030 Investe também no Mercado Social de Emprego, no Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) e nos modelos territoriais de combate à pobreza e à exclusão, entre outras medidas.

O Plano de Recuperação e Resiliência – PRR nacional é um programa de abrangência nacional, delineado para um período de execução até 2026, com o propósito claro de implementar uma série de reformas e investimentos estratégicos destinados a impulsionar o país rumo à recuperação, ao crescimento económico sustentado e à convergência com os objetivos europeus ao longo da próxima década.

O Conselho Europeu, face aos graves impactos da pandemia nas economias europeias, criou o Next Generation EU, um instrumento estratégico para mitigar o impacto económico e social da crise, promovendo a convergência económica e a resiliência.

Este plano de recuperação económica surge num contexto em que a sustentabilidade na Europa é a palavra de ordem, inspirando-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) delineados pelas Nações Unidas.

Assim, o PRR português encontra-se em total consonância com os seis pilares fundamentais da estratégia europeia para 2030:



Estruturado em três dimensões estratégicas – Resiliência, Transição Climática e Transição Digital – o PRR engloba 20 componentes e 83 investimentos financeiros, enquanto promove 37 reformas essenciais.

Com um financiamento total de 16.644 milhões de euros, distribuídos principalmente por subvenções (84%) e em menor medida por empréstimos (16%) do Banco de Fomento, este plano tem como missão primordial fortalecer a economia portuguesa, tornando-a mais resiliente e preparada para os desafios futuros.

O PRR Plano de Recuperação e Resiliência português contempla três dimensões estruturantes:

Resiliência	Transição digital	Transição climática
Visa reforçar a capacidade de resposta perante crises e desafios presentes e futuros, promovendo uma recuperação transformadora, duradoura, justa, sustentável e inclusiva. Esta abordagem é essencial em todas as vertentes do PRR Plano de Recuperação e Resiliência, abrangendo a resiliência social, económica, do tecido produtivo e territorial.	Deriva do compromisso e da contribuição de Portugal para as metas climáticas, que visam alcançar a neutralidade carbónica até 2050. A redução das emissões de carbono na economia e na sociedade não só oferece oportunidades significativas, como também prepara o país para as realidades que moldarão os fatores de competitividade num futuro próximo	Estão planeadas reformas e investimentos substanciais na digitalização de empresas, do estado e no desenvolvimento de competências digitais nas áreas da educação, saúde, cultura e gestão florestal. Com o objetivo de impulsionar a transição de Portugal para uma sociedade mais digital, as opções nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) assentam em 5 componentes principais nas seguintes áreas: capacitação e inclusão digital das pessoas

		através da educação, formação em competências digitais e promoção da literacia digital, transformação digital do setor empresarial e digitalização do Estado
--	--	--

Outros planos/programas e/ou estratégias nacionais que poderão ter um impacto relevante direto ou indireto são:

- Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025;
- Plano Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030;
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030;
- Programa Radar Social;
- Programa CLDS-5G;
- Núcleo de Garantia para a Infância;
- Gabinetes de Inserção Profissional;
- Políticas Ativas de Emprego;
- Centros para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP);
- Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
- Estratégia Nacional para a Habitação;
- Plano Estratégico para as Migrações;

Especificamente, ao nível concelhio, o Plano de Desenvolvimento Social deve estar articulado com os Planos Municipais como o Plano Municipal de Ordenamento do Território e em especial com o Plano Diretor Municipal, entre outros planos estratégicos de políticas locais.

5- Eixos de Intervenção

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Sernancelhe 2024-2027 delimita um cenário futuro para a dimensão social do concelho, contribuindo com soluções para o universo de problemáticas diagnosticadas, numa abordagem sistémica e integrada de parceiros e recursos. É composto por 9 eixos que foram definidos tendo em atenção os temas prioritários para o território, e visam apresentar objetivos e medidas que direcionem as ações das entidades parceiras da Rede Social de Sernancelhe de forma estruturada e coordenada.





EIXO DE INTERVENÇÃO 1

PROMOÇÃO DA COESÃO E INOVAÇÃO ECONÓMICA E TERRITORIAL

Eixo 1- Promoção da Coesão e Inovação Económica e Territorial

Com o envelhecimento da população, a desertificação de algumas localidades, a diminuição da taxa de natalidade e a necessidade de integrar profissionalmente os cidadãos, tornar-se fulcral definir estratégias territoriais conjuntas que impulsionem uma real coesão e inovação, favorável ao investimento e que promovam a fixação de população e mitiguem as assimetrias locais.

Objetivos Gerais	Objetivos específicos/Medidas	Indicadores
1- Favorecer os processos de integração profissional, pessoal e social dos desempregados	1- Reforçar a necessidade da concretização de medidas ativas de procura de emprego 2- Promover ações de capacitação para desempregados 3- Promover a inovação e o empreendedorismo	Nrº de ações
2- Diminuir as assimetrias locais de forma transversal e integrada e criar um ambiente favorável ao investimento	1- Privilegiar acessibilidades concelhias e regionais 2- Garantir o acesso e a acessibilidade aos serviços, criando dinâmicas e maior proximidade	Nrº de melhorias Rota de transportes
3- Mitigar o declínio demográfico no território	1- Reforçar os incentivos às famílias 2- Promover ações de atração para a fixação de população	Nrº de medidas de incentivo à natalidade Nrº de medidas de incentivo à fixação
4- Valorizar os produtos endógenos	1- Potenciar e incentivar a divulgação e venda dos produtos endógeno, certificando-os de forma a acrescentar valor	Nrº de participações Nrº de certificações



EIXO DE INTERVENÇÃO 2

ADOÇÃO DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE SAÚDE

Eixo 2- Adoção de Políticas de Promoção de Saúde

Atendendo à dificuldade na fixação e estabilização de alguns recursos humanos, especialmente Médicos, à necessidade de dinâmicas de prevenção e à premência de uma resposta na saúde mental, é essencial diligenciar objetivos e diretrizes capazes de prover a população do nosso território de condições de vigilância, de assistência e atenção à saúde, de forma holística e articulada.

Objetivos Gerais	Objetivos específicos/Medidas	Indicadores
1- Assegurar aos cidadãos o acesso a cuidados de saúde céleres e de qualidade	1- Diligenciar para que o concelho seja dotado dos recursos humanos, instalações e equipamentos adequados 2- Implementar medidas que contribuam para reforçar a prevenção e melhorar a informação e o esclarecimento das populações	Nrº de médicos em permanência Nrº de técnicos especializados Nrº Obras efetuadas Nrº de ações comunitárias
2- Priorizar a área da saúde mental	1- Identificar as necessidades existentes na população com doença mental 2- Implementar respostas de Saúde Mental	Levantamento efetuado Nrº de psicólogos



EIXO DE INTERVENÇÃO 3

DINAMIZAÇÃO DA REDE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Eixo 3- Dinamização da rede social e Desenvolvimento Comunitário

Com os novos desafios que a área social enfrenta, torna-se imperativo desenvolver respostas e estratégias articuladas e dinâmicas, que promovam o desenvolvimento integrado da comunidade, através de parcerias ativas, agregadoras e participativas. Dado o contexto municipal, é essencial impulsionar a descentralização de respostas de qualidade e possibilitar uma maior equidade e proximidade.

É crucial explorar o potencial individual e coletivo, através de ações comunitárias e inovadoras de carácter preventivo e educativo, de forma a propiciar um efetivo desenvolvimento das comunidades, aumentando o sentimento de pertença e possibilitando às pessoas a oportunidade de serem os principais agentes de mudança.

Objetivos Gerais	Objetivos específicos/Medidas	Indicadores
1- Promover a coesão da Rede Social	1- Fomentar a participação, partilha e reflexão entre os parceiros da rede	Nrº de ações
2- Impulsionar o Departamento de Ação Social	1- Definir estratégias e instrumentos de autonomia para uma melhor funcionalidade e organização dos serviços 2- Promover a descentralização dos serviços de ação social de forma inovadora	Estratégia/Instrumento definido Nrº ações
3- Potenciar o Desenvolvimento Comunitário	1- Fomentar Programas de Prevenção e Educação Comunitária 2- Explorar o potencial das comunidades como os principais agentes de mudança	Nrº de programas implementados Nrº de sessões



EIXO DE INTERVENÇÃO 4

PROMOÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

Eixo 4- Promoção das condições de habitabilidade

Perante a subsistência de habitações degradadas, à falta de habitações para aquisição, ao aumento acentuado de rendas, à necessidade crescente de uma resposta de habitação social, urge prosseguir com estratégias de planeamento, ordenamento e capitalização de investimentos/apoios para a promoção de habitação condigna e acessível a todas as famílias do concelho.

Objetivos Gerais	Objetivos específicos/Medidas	Indicadores
1- Criação, revisão e implementação de políticas locais de habitação, adequadas às características do território e da população	1- Implementar uma estratégia de planeamento ao nível da habitação e ordenamento do território que responda às necessidades da população	Carta Municipal de habitação
2- Promover habitação condigna às famílias do concelho	1- Promover o acesso à informação sobre direitos e apoios existentes ao nível da habitação e dar apoio nas candidaturas	Nrº de ações



EIXO DE INTERVENÇÃO 5

REFORÇO DE RESPOSTAS PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE

Eixo 5- Reforço de respostas para infância e juventude

A infância e a juventude enquanto pilares de garantia do futuro do território, revelam-se como uma prioridade de intervenção. As respostas na infância são fundamentais na prevenção e no combate da pobreza e exclusão social, bem como na capacitação para as competências pessoais e sociais que permitam um desenvolvimento saudável e incorporado nas suas comunidades. A importância de envolver a juventude e reforçar a sua participação ativa na comunidade traz nos a necessidade de criar respostas capazes de informar, orientar e autonomizar os nossos jovens para um futuro mais promissor.

Objetivos Gerais	Objetivos específicos/Medidas	Indicadores
1- Contribuir para o bem-estar global das crianças	1- Implementar ações que promovam a estimulação física e cognitiva das crianças 2- Valorizar os espaços de lazer destinados às crianças	Nrº de sessões Nrº de parques
2- Contribuir para a formação pessoal e profissional dos jovens	1- Garantir o acompanhamento personalizado dos jovens na construção do seu percurso académico e projeto de vida 2- Sensibilizar os jovens para áreas de desenvolvimento pessoal, familiar, social e comunitário	



EIXO DE INTERVENÇÃO 6

GARANTIA DE POLÍTICAS QUE PROMOVAM A IGUALDADE E INCLUSÃO

Eixo 6- Garantia de Políticas que promovam a Igualdade e Inclusão

A crescente preocupação com a implementação de políticas de promoção da igualdade de oportunidades e inclusão, revela-nos a importância de priorizar e incidir em ações que promovam uma verdadeira inclusão de pessoas com deficiência/incapacidades, dos migrantes e das minorias étnicas que privilegiem a participação e o empoderamento, consolidando uma cultura igualitária e de respeito.

Objetivos Gerais	Objetivos específicos/Medidas	Indicadores
1- Oportunizar à participação ativa das minorias étnicas	1- Providenciar momentos de representação das minorias étnicas 2- Investir na capacitação e empoderamento das minorias	Nrº de ações
2- Promover a inclusão de migrantes no território	1- Providenciar um acolhimento digno e informado 2- Adotar estratégias transversais e articuladas que promovam a inclusão nos diversos domínios	Nrº de atendimentos Nrº de ações
3- Promover e edificar uma cultura igualitária	1- Prevenir todas as formas de violência 2- Consciencializar e sensibilizar para a desconstrução de estereótipo e promover uma cultura de respeito	Nrº de ações



EIXO DE INTERVENÇÃO 7

DIFUSÃO DO ASSOCIATIVISMO E VOLUNTARIADO

Eixo 7- Difusão do associativismo e voluntariado

Na ótica de um modelo colaborativo, o associativismo e o voluntariado são uma força estratégica no quadro do desenvolvimento local, contribuindo para a promoção da coesão social e para a melhoria da qualidade de vida da população, bem como para o reforço do sentimento de pertença. É particularmente importante a implementação de mecanismos de apoio para a sua revitalização e rejuvenescimento para que possam gerar impacto positivo nas comunidades.

Objetivos Gerais	Objetivos específicos/Medidas	Indicadores
1- Revitalizar as associações, de modo a promover impacto positivo na comunidade	1- Diagnosticar necessidades das associações 2- Fomentar o espírito do associativismo	Levantamento efetuado Nrº de ações
2- Promover o espírito de colaboração e entre-ajuda das comunidades	1- Sensibilizar para a prática de voluntariado e colaboração entre as comunidades 2- Promover programas de voluntariado na comunidade educativa	Nrº de ações Nrº de Programas implementados



EIXO DE INTERVENÇÃO 8
POTENCIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS
DE ENVELHECIMENTO
INTEGRADORAS E DINÂMICAS

Eixo 8- Potencialização de Políticas de envelhecimento integradoras e dinâmicas

Com o acentuado envelhecimento no concelho vemo-nos compelidos a olhar para esta população com especial relevância. É imprescindível dar resposta às suas necessidades, promovendo ações de ocupação inovadoras, reconhecendo e potencializando as competências das pessoas idosas, tendo em vista um envelhecimento ativo, participativo e acompanhado.

Objetivos Gerais	Objetivos específicos/Medidas	Indicadores
1- Garantir a existência de respostas adequadas às necessidades das pessoas idosas	1- Adequar as respostas existentes às necessidades das pessoas idosas	Nrº de participações
2- Prevenir e combater situações de isolamento social e geográfico	1- Garantir a georeferenciação de situações de isolamento social e geográfico de pessoas idosas	Nrº de pessoas acompanhadas
3- Reconhecer e potenciar as competências das pessoas idosas	1- Criar mecanismos de participação das pessoas idosas nos processos de decisão e promoção da cidadania	Nrº de ações



EIXO DE INTERVENÇÃO 9

VALORIZAÇÃO TURÍSTICA, DESPORTIVA E ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS

Eixo 9- Valorização turística, desportiva e estilos de vida saudáveis

Com o crescente aumento do turismo torna-se necessário olhar para este, com uma visão mais sustentável e como fator de desenvolvimento local, impulsionando-o e tornando-o mais atrativo e inclusivo. A crescente preocupação com a adoção de estilos de vida saudáveis incita-nos à prática desportiva e à procura de espaços lúdicos e de lazer, destacando estas áreas como potencial de valorização dos recursos naturais, paisagísticos, culturais e desportivos existentes no concelho.

Objetivos Gerais	Objetivos específicos/Medidas	Indicadores
1- Exponenciar o turismo como fator de desenvolvimento local	1- Impulsionar o turismo em todas as freguesias 2- Promover roteiros turísticos inclusivos 3- Melhorar os canais de comunicação e partilha entre os diversos agentes 4- Executar levantamento dos alojamentos turísticos e similares	Nrº de freguesias representadas Roteiro inclusivo criado Nrº de momentos de partilha Levantamento efetuado
2- Promover o acesso à prática desportiva de qualidade	1- Diversificar a oferta de atividades desportivas 2- Proporcionar mais condições para a prática desportiva	Atividade desportiva implementada Nrº de melhorias verificadas
3- Fomentar um estilo de vida saudável	1- Manter e/ou adotar hábitos de vida saudáveis 2- Aumentar e enriquecer as experiências de caráter lúdico e de lazer	Nrº de ações educativas Nrº de ações

6- Modelo de governação

A Rede Social do Concelho de Sernancelhe foi criada em 2002, para desenvolver uma cultura de parceria efetiva e dinâmica, promover dinâmicas de planeamento estratégico e garantir uma maior eficiência e eficácia do universo de respostas, projetos e ações de natureza social. Apresenta-se, em seguida, uma síntese dos principais aspetos do Conselho Local de Ação Social de Sernancelhe-CLAS e dos seus elementos estruturantes, segundo descrito no Regulamento Interno.

O CLAS é um órgão local de concertação e congregação de esforços, funcionando como um espaço privilegiado de diálogo e análise dos problemas, visando a erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social pela promoção do desenvolvimento social. O Conselho constitui-se por um conjunto de entidades públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, e está sustentado nos princípios da subsidiariedade, integração, articulação, participação, inovação e igualdade de género. É presidido pelo Presidente da Câmara Municipal que delegou funções ao Vereador com a área de Ação Social.

O CLAS é composto pelo Plenário e pelo Núcleo Executivo, conforme esquema abaixo. Com carácter deliberativo, o Plenário é o meio pelo qual o Conselho funciona, podendo atuar ainda através de grupos de trabalho temáticos, de âmbito setorial ou territorial. O Núcleo Executivo é composto por número ímpar de elementos, não inferior a três e não superior a sete, abrangendo obrigatoriamente representantes da Segurança Social, da Câmara Municipal e de uma entidade sem fins lucrativos eleita entre os parceiros deste grupo.



7- Avaliação e impacto

A avaliação de impacto de projetos sociais é uma ferramenta essencial para medir a eficácia e a eficiência das iniciativas destinadas a promover mudanças sociais.

A avaliação é parte integrante do processo de planeamento devendo orientar-se pelo desenho do plano e ser acompanhada de mecanismos de autocontrolo que permitam aferir os resultados/efeitos da intervenção, no intuito de introduzir os ajustamentos necessários nas trajetórias que se revelarem desadequadas aos objetivos propostos.

Deve proporcionar a participação ativa de todos os intervenientes na sua conceção e aplicação, bem como no tratamento e análise da informação proveniente da sua intervenção.

O objetivo da avaliação de impacto deverá compreender quais os impactos e os mecanismos causais da intervenção local e validar a mudança subjacente à implementação do Plano de Ação e verificar se as estratégias e ações planeadas estão realmente a alcançar os resultados esperados. Isso ajuda a identificar o que está a funcionar bem e o que precisa ser ajustado e melhorado, isto é **verificar a sua eficácia**. A identificação de possíveis efeitos negativos das intervenções, permite que se **ajustem estratégias** para minimizar impactos adversos e potencializar os benefícios, numa lógica de **melhoria contínua**.

Com os dados concretos sobre os impactos gerados, podem ser tomadas decisões sobre a continuidade, expansão ou modificação das ações e do Plano. Isso é crucial para garantir que os recursos sejam utilizados da maneira mais eficiente possível. Esta ação é pertinente para uma **tomada de decisão informada**.

A avaliação de impacto fornece, também, uma base sólida para a **prestação de contas** a financiadores, parceiros e à comunidade. Ela demonstra de **forma transparente** como os recursos estão a ser utilizados e quais são os resultados alcançados.

Ao Conselho Local de Desenvolvimento Social (CLAS) cabe definir os indicadores e critérios de avaliação que permitam monitorizar a avaliar os impactos da sua ação. Assim, anualmente, a avaliação será feita tendo assente os seguintes critérios e indicadores:

GRELHA MODELO DE AVALIAÇÃO									
Planeamento	Critério	Questões-chave							

	Clareza	O Diagnóstico está bem organizado?						
		É de fácil consulta?						
		É fácil entender quais os principais problemas, recursos e prioridades do conselho expressos no Diagnóstico?						
		A linguagem é simples e precisa?						
Finalidades e orientações	Coerência Interna	O Plano é coerente com o retrato traçado no Diagnóstico?						
		As linhas orientadoras propõem estratégias de mudança no sentido da resolução das necessidades que foram colocados pelo Diagnóstico?						
		Dá resposta às necessidades prioritárias?						
	Pertinência	O Plano intervém nas variáveis estratégicas para produzir a mudança?						
		Não haverá outras áreas ou problemáticas sobre as quais se possa intervir que produzam a mudança de forma mais eficaz?						
	Justiça	As finalidades e orientações estão de acordo com a hierarquização das problemáticas identificadas?						
		Tenta-se responder aos problemas mais graves?						
	Equidade	A definição dos objetivos e finalidades tem em conta a atenuação das desigualdades?						
		Ou pelo contrário, os objetivos traçados podem contribuir para acentuar ou criar novas desigualdades?						

Recursos	Realismo	Os recursos necessários para a concretização das ações existem?						
		A sua afetação dos mesmos às ações revela-se operacional?						
	Integração	As ações preveem as fontes de financiamento possíveis?						
		E os recursos dos parceiros (logísticos, humanos, financeiros, relacionais e políticos)?						
		E os recursos da comunidade e das pessoas e famílias alvo de intervenção?						
	Sinergia	A utilização dos recursos está a ser pensada de forma a potenciar os já existentes e/ou criar outros?						
Objetivos e Plano de Ação	Coerência Interna	A definição dos objetivos específicos (medidas) e do Plano de Ação contribuem para a concretização das finalidades e dos objetivos gerais?						
	Coerência Externa	Na definição do Plano teve-se em consideração os instrumentos de planificação territorial a nível concelhio, regional e nacional?						
		Teve-se em conta no PDS eventuais problemáticas sociais e/ou constrangimentos que poderão surgir a partir de dinâmicas criadas por outros planos?						
	Exequibilidade	As ações delineadas são passíveis de serem concretizadas?						
	Operacionalidade	Existem metas quantificadas?						
		É possível através do enunciado dos objetivos específicos verificar se os objetivos foram cumpridos ou não?						
	Acessibilidade	Foi realizada uma divulgação generalizada do Plano?						

		Qualquer pessoa que esteja interessada pode ter acesso a ele?						
	Responsabilidade	É possível saber quais os responsáveis pelas ações e projetos previstos?						
Gestão e Animação	Adequação	As ações estão conformes ao que foi enunciado no projeto?						
		A sua calendarização respeita os cronogramas formulados?						
		A afetação de recursos prevista está a ser respeitada?						
	Eficiência	Os recursos estão a ser geridos da melhor maneira para atingir os objetivos propostos?						
		Os recursos estão a ser utilizados da forma que mais rentabiliza os seus efeitos potenciais?						
	Participação	Os parceiros estão a ser devidamente mobilizados para a intervenção?						
		Os potenciais beneficiários estão a ser mobilizados por forma a assumirem uma atitude pro-ativa na resolução dos seus problemas?						
Realização	Aderência	As pessoas e organizações a quem são destinadas as ações estão a aderir a elas?						
	Eficiência	Os resultados estão a ser atingidos respeitando os recursos previstos e a sua melhor utilização?						
	Eficácia	Os objetivos de impacto que se procuram obter através das ações foram conseguidos?						
Avaliação	Integridade	A avaliação é apropriadamente conduzida tanto legal como eticamente?						

		Faz uma análise, propondo alternativas e cenários possíveis?						
		Respeita a privacidade e respeitabilidade ao analisar os efeitos nos destinatários?						
		Acautela a má utilização política?						
	Utilidade	A avaliação corresponde à necessidade dos responsáveis pela intervenção e de outros grupos mais ou menos diretamente interessados (entidades financiadoras, parceiros, técnicos, população alvo, cidadãos)?						
	Fiabilidade	A avaliação é tecnicamente bem conduzida?						
		Está bem identificado o objeto da avaliação?						
		Está bem feita a análise do contexto em que esse objeto está inserido?						
		As fontes de informação a que se recorreu são adequadas e fiáveis?						
		Os dados são controlados?						
		As conclusões são justificadas?						
	Objetividade	As crenças e valores dos avaliadores não influenciam os resultados?						
	Reprodutividade	A avaliação está feita de tal modo que é possível conhecer os resultados e processos melhor sucedidos e utilizados noutras circunstâncias ou problemas que os decisores, técnicos, parceiros considerem pertinentes?						
N.º nota	NOTAS / OBSERVAÇÕES							

NOTA CONCLUSIVA

O Plano de Desenvolvimento Social de Sernancelhe é um documento colaborativo que estabelece objetivos prioritários para promover o desenvolvimento social local. Para criar este plano, o Município de Sernancelhe, através do Programa Radar Social e em parceria com outras entidades, planeou uma intervenção de quatro anos (2024-2027) para atender às necessidades identificadas no Diagnóstico Social.

O objetivo de Sernancelhe é destacar-se como um município inovador, com maior dinamismo social e institucional. Por isso, uma das prioridades é trabalhar em rede e diretamente no terreno, garantindo respostas sociais próximas de quem precisa e com os recursos adequados.

O trabalho realizado ao longo de dois meses reuniu as diversas preocupações e prioridades da população do município, orientando as respostas a esses problemas. É importante notar que as necessidades sociais são dinâmicas, e assim, o Plano de Desenvolvimento Social de Sernancelhe é flexível e pode ser adaptado conforme surgem novas necessidades.

Com a conclusão de mais uma etapa no planeamento do desenvolvimento social de Sernancelhe, o próximo passo é a elaboração do Plano de Ação. Este plano definirá como os objetivos e estratégias serão implementados, seja através de projetos e programas já existentes ou novos.

